



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: Reunião de instalação	Nº: 1078/04	DATA: 25/8/2004
INÍCIO: 16h08min	TÉRMINO: 16h43min	DURAÇÃO: 00h35min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h36min	PÁGINAS: 8	QUARTOS: 8

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO: Reunião de instalação e eleição do Presidente.

OBSERVAÇÕES

--



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, que foi convocada pelo Presidente desta Casa, nos termos regimentais, para instalação da Comissão e eleição do Presidente, conforme ato da Presidência que passo a ler:

*“Satisfeitos os requisitos do art. 35, caput, e § 4º do Regimento Interno para requerimento de instituição de CPI do Sr. Sarney Filho e outros, esta Presidência constitui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada, no prazo de 120 dias, a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País. E resolve designar para compô-la, na forma indicada pelas lideranças, os Deputados constantes das relações anexas - essa relação já foi distribuída aos Srs. Deputados - convocar os membros ora designados para reunião de instalação da eleição, a realizar-se no dia 25 de agosto, quarta-feira, no plenário 11 do Anexo II.”*

Na forma do art. 39, § 4º do Regimento Interno, compete-me assumir a Presidência dos trabalhos. E declaro instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais silvestres e plantas silvestres brasileiros, a exploração ilegal e o comércio de madeira, e a biopirataria no País.

Solicito aos senhores representantes dos diversos partidos que procedam aos registros junto à mesa, individualmente ou por chapa, dos candidatos ao cargo de Presidente e Vice-Presidente da Comissão.

Esclareço aos nobres pares que esta Comissão é composta de 23 membros titulares e igual número de suplentes, e o *quorum* exigido para eleição dos cargos desta Comissão é de 12 Deputados, maioria absoluta.

Peço a compreensão de todos para que permaneçam no recinto até o término desta reunião.

Antes de iniciar o processo de votação, desejo ainda esclarecer a V.Exas. que por acordo das lideranças encontra-se na cabine de votação a cédula para



Presidente desta Comissão com o seguinte nome: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, indicado pelo PSDB no acordo de lideranças.

Até o presente momento o indicado para Primeiro Vice, o indicado para Segundo Vice e o indicado para Terceiro Vice, cuja designação partidária está sendo ainda negociada pelas lideranças, ficará para eleição posterior, já sob a Presidência do ilustre ambientalista e grande amigo do desenvolvimento sustentável Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Vamos passar então ao processo de votação. Convido o Deputado Hamilton Casara para auxiliar a Presidência durante o processo de votação.

À medida que forem sendo chamados, os Srs. Deputados assinarão a folha de votação e, de posse da sobrecarta, devem dirigir-se à cabine e selecionar a cédula, colocando-a no envelope o qual será depositado nesta urna.

Deputado Nilson Mourão, pela bancada do PT; Deputado Moacir Micheletto, pelo PMDB; Deputado Antonio Cruz, pelo PTB; Deputado Lupércio Ramos; Deputado Antonio Carlos Mendes Thame; Deputado Hamilton Casara; Deputado Josué Bengtson.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Anunciamos com voto qualificado o Deputado Sarney Filho. Aqui vamos para um voto qualificado do Deputado Gervásio Oliveira, do PDT-AP; chamamos o Deputado Miguel de Souza, do PL-RO, para seu voto qualificado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Deputada Perpétua Almeida; Deputada Thelma de Oliveira, pelo PSDB; Deputada Nice Lobão, PFL.

Solicito ao Deputado Hamilton Casara que verifique se o número de sobrecartas coincide com o número de votantes.

Declaro encerrada a votação.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Sr. Presidente, a conferência das sobrecartas confere com a lista de presença confere.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Sarney) - Quantos?

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Treze.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Informo que o número de sobrecartas é de 13, que coincide com o número de votantes.

Passa-se agora à apuração dos votos.



**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Primeiro voto, Sr. Presidente, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, 2º voto: Antonio Carlos Mendes Thame; 3º voto: Antonio Carlos Mendes Thame; 4º voto: Antonio Carlos Mendes Thame; 5º voto: Antonio Carlos Mendes Thame; 6º voto: Antonio Carlos Mendes Thame; 7º voto: Antonio Carlos Mendes Thame; 8º voto: Antonio Carlos Mendes Thame; 9º voto: Antonio Carlos Mendes Thame; 10º voto: Antonio Carlos Mendes Thame; 11º voto: Antonio Carlos Mendes Thame; 12º voto: Antonio Carlos Mendes Thame; 13º voto: Antonio Carlos Mendes Thame.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Informo que o número de votos coincide com o de votantes, que coincide também com o número de sobrecartas, ou seja, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame teve a unanimidade dos votos.

Declaro, portanto, encerrada a apuração e vou proclamar o resultado. Está eleito, por unanimidade de votos, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, a quem convido para assumir a Presidência dos trabalhos desta Comissão, desejando a S.Exa. e a todos nós sucesso, êxito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Srs. Deputados, Deputado Sarney Filho, integrantes desta Comissão, da qual tenho o privilégio de fazer parte, quero inicialmente agradecer essa demonstração de confiança que acabo de receber ao ser designado Presidente da Comissão. Nos termos do art. 41, inciso VI, do Regimento Interno, designo para a Relatoria desta CPI o Sr. Deputado Sarney Filho, do PV, a quem convido para compor a Mesa.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, por força do Regimento, não como o Deputado mais velho, mas como o mais antigo, fui obrigado a presidir a instalação desta Comissão e já tive oportunidade de parabenizá-lo pela sua eleição. Também já tive a oportunidade de congratular-me com todos os membros. Acredito que esta Comissão tem um importante papel a desempenhar, a questão da biodiversidade que está intimamente ligada ao desenvolvimento sustentável, ela hoje é uma questão presente nas preocupações não só da Amazônia, não só da Mata Atlântica mas do mundo. Então é importante que o Brasil, como o maior detentor da biodiversidade, como o maior banco genético do mundo,



como detentor da maior parte da maior floresta tropical do mundo, floresta esta que presta relevantes serviços ambientais, não só ao Brasil mas ao mundo, tida hoje como um verdadeiro ar condicionado do mundo, a floresta amazônica.

Então é importante que o Congresso Nacional, através da Câmara, dê relevância política a esse tema, que de certa maneira só alcança as manchetes dos jornais e o noticiário, quando há algum tipo de escândalo. É preciso que a gente sistematicamente possa, como Casa política, estar seguindo, acompanhando, passo a passo o que vem acontecendo com a nossa fauna, o que vem acontecendo com a nossa flora, quais as perspectivas de desenvolvimento em cima da biogenética, enfim o Brasil não pode ter uma Casa de representantes do povo, que não esteja sintonizada com esta realidade mundial, que é a realidade do desenvolvimento sustentável.

E quando se fala em biopirataria, quando se fala em tráfico de animais silvestres, quando se fala em contrabando de madeira, estamos falando em vida. Já se sabe, por exemplo, que o tráfico de animais silvestres, representa o terceiro maior comércio ilegal do mundo, só perdendo para armas e para drogas. A gente sabe também que esse tipo de atividade está associada a uma série de elementos que fazem com que, para que ela ocorra, é preciso também que exista um alto nível de degradação, um baixíssimo nível de retorno social, então é preciso que para que exista o tráfico de animais silvestres nas proporções em que ele existe, é preciso que exista por detrás dele toda uma falta de presença do Poder Público, de conscientização da sociedade como um todo.

Então, é evidente que essa é apenas uma das vertentes da nossa CPI, a outra é justamente no tráfico de madeira. Hoje estamos vendo que os índices de desmatamento na Amazônia voltaram a crescer assustadoramente. Mesmo a Mata Atlântica que estava tendo uma diminuição no seu ritmo, até com o Estado do Rio Grande do Sul, apresentando um acréscimo de cobertura vegetal, voltamos a ver que também está ocorrendo este desmatamento.

A presença maciça da monocultura da soja, nas bordas da Amazônia, no arco do desflorestamento também é um fator de pressão, associada à já tradicional pecuária, associada agora incipientemente também já o algodão, tendo como



problemática aqueles assentamentos que o Deputado Casara conhece tão bem e que foram vetores de desmatamento.

É importante, e hoje mesmo tive a oportunidade de conversando com o Ministro José Dirceu, alertar o governo brasileiro sobre o nosso Calcanhar de Aquiles e o nosso Calcanhar de Aquiles é a nossa biodiversidade. Se soubermos tratar bem, se soubermos promover o desenvolvimento sustentável, sobre a nossa biodiversidade não vai gerar nenhum tipo de suspeição. Mas se não soubermos é possível e é provável que amanhã se questione o domínio do Brasil, sobre determinadas áreas que têm uma importância vital para a qualidade de vida, não no Brasil, não na Amazônia, mas no mundo.

O nosso papel é de cada vez mais reafirmar a nossa soberania, combatendo pontualmente, evidentemente, os crimes ambientais, como o tráfico de madeira, o contrabando de biogenética, mas acima de tudo é nosso dever criar as condições para que estruturalmente o Brasil possa determinar o seu modelo de desenvolvimento nessas regiões de alta biodiversidade.

Foi-se o tempo em que os ambientalistas acreditavam que para manter o meio o ambiente ou para promover o desenvolvimento sustentável, precisava-se colocar como intocável determinadas regiões, determinadas áreas. Essa visão é ultrapassada. O que nós discutimos hoje não é mais o não, mas como. Não é mais se quer ou não a atividade econômica em determinada região. É qual atividade que devemos incentivar como governo. E aí não tenho dúvidas, porque eu convivi muito intimamente com essas preocupações e promovi como Ministro do Meio Ambiente, uma ampla discussão na Amazônia, chamada agenda positiva, que foi entregue por mim aqui neste Congresso, à Comissão da Amazônia e à Comissão de Meio Ambiente, em que nos reunimos em todos os Estados da Amazônia com todos os segmentos e a partir de uma ampla discussão com a sociedade, como um todo, desde os madeireiros a pequenos proprietários, índios, representantes de ONGs, governos, e saiu um documento, e a base desse documento é que realmente o povo que vive na Amazônia eles não desejam o tradicional modelo de desenvolvimento adotado historicamente, aquele que gerou um alto custo ambiental e um baixíssimo retorno social. Eles desejam aproveitar, têm orgulho da sua natureza, sabem que



aquela natureza pode gerar riquezas mas não desejam, justamente por isso, que essa riqueza seja gerada com a sua destruição.

Então, esse é o momento realmente que a gente pode contribuir, apontando as ilegalidades, apontando os crimes, mas ao mesmo tempo apresentando uma solução que não seja uma solução pontual, de comando e controle, que seja a solução estrutural de políticas públicas consistentes.

Hoje, é um dia que eu amanheci feliz, porque li nos jornais que finalmente o Banco Interamericano vai conceder um empréstimo de mais de 500 milhões de dólares para a área ambiental. Não vai exigir contrapartida e não vai cobrar juros nos próximos 4 anos. Essa era uma antiga luta de todos nós, vem desde a época do Presidente Fernando Henrique, quando se deseja colocar a ênfase ambiental nas discussões macroeconômicas e finalmente, graças a Deus, também com a presença, a liderança do Presidente Lula no modelo de política internacional que resgata de certa forma a união dos países em desenvolvimento, nós agora conseguimos esse avanço. O importante agora é que isso seja o começo de uma nova visão do Poder Público, não setorialmente falando, porque o Ministério do Meio Ambiente nobre Presidente, nobres colegas, ele sempre foi um Ministério muito antenado, digamos assim, com a realidade, sempre teve as suas propostas muito em sintonia com a sociedade. O que não ocorre até hoje, é que não existe por parte do conjunto do governo, a mesma visão que tem o Ministério do Meio Ambiente sobre problemas como desenvolvimento.

Li outro dia no caderno ambiental do *Jornal do Brasil*, uma entrevista do Líder do PT, que dizia claramente que o meio ambiente não era a prioridade. A prioridade era emprego, era o desenvolvimento, como se as duas coisas não fossem compatíveis e até mesmo necessárias.

Peço desculpas a vocês, porque encontrei uma oportunidade de conversar sobre esses temas que estão me angustiando, mas é dizer que a nossa missão é uma missão espinhosa, difícil, mas grandiosa, porque ela pode plantar, para dar um termo bem ambiental, sementes, que amanhã gerarão uma frondosa árvore cujo fruto será o desenvolvimento sustentável para as futuras gerações do Brasil. Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quero agradecer imensamente as suas oportunas, lúcidas e acuradas colocações, dizer que nós temos a expectativa de que essa Comissão possa cumprir muito bem seu papel e como produto principal, traga não apenas perceber, clarear, socializar conhecimentos daquilo que possa estar ocorrendo de forma ilícita, mas contribuir para que nós melhoremos o nosso aparato jurídico, nosso aparato institucional administrativo, para coibir os abusos e acima de tudo defender a vida como muito bem foi falado.

Queremos deixar a palavra aberta a todos os Deputados, já informando que dentro de alguns minutos devemos nos dirigir ao plenário, porque já sendo anunciado o início da Ordem do Dia.

Deixamos a palavra aberta a todos, convidar todos os integrantes para uma reunião inicialmente informal, para definir procedimentos amanhã às 9h na Comissão de Defesa do Meio Ambiente. Vamos pedir a sala da Presidência para iniciarmos uma discussão, de tal forma que façamos de uma forma ordenada, organizada para já desde o início conseguirmos a melhor performance possível.

Com a palavra o Deputado Hamilton Casara.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Obrigado, Sr. Presidente, apenas para parabenizá-lo e ao Relator sem dúvida nenhuma estive correndo a vista nos membros titulares e suplentes da CPI, são nomes que darão enormes contribuições a este trabalho, mas particularmente ao Presidente, ao Relator, que são pessoas que militam há longos anos na atividade da proteção ambiental.

E dizendo, como bem falou o Sr. Deputado Sarney Filho, esse trabalho da CPI, definindo-se a sua estrutura, com certeza ela dará instrumentos importantíssimos para que o governo possa criar suas atividades, seus projetos, seus programas no sentido de implementar os instrumentos de cada política temática ou setorial que componha a política nacional de ambiente, permitindo assim que possamos ver para os dois lados, como bem falou o Deputado Sarney Filho. Olhar para o lado da preservação em si, daquelas espécies, principalmente das ameaçadas, mas acima de tudo para que possamos olhar também para o lado da conservação e para que possamos gerar desses recursos naturais, oportunidades principalmente para as pessoas mais necessitadas, como no sertão nordestino,



como para a Amazônia e particularmente no nosso Estado de Rondônia, aonde com certeza, utilizando-se bem os instrumentos de comando e controle, ordenando-se bem cada atividade econômica que se utilizam dos recursos naturais, poderemos ter aquilo que desejamos. Proteção daquilo que deve ser protegido como recurso genético estratégico, mas ao mesmo tempo a geração de emprego, de trabalho e renda para a nossa gente.

Seriam as minhas considerações e mais uma vez parabenizando V.Exa. como Presidente e o Deputado Sarney Filho como Relator. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradeço as colocações, dizemos que é um privilégio tê-lo como integrante desta Comissão, por toda sua experiência, pelo seu conhecimento e acima de tudo pelo seu espírito público, e pela dedicação com esta área ambiental.

Comunico também aos nobres colegas, que por decisão da Presidência desta Casa, para se votar os requerimentos é preciso que eles estejam publicados na Ordem do Dia das Comissões. Em vista desta decisão, para que essa norma seja na prática respeitada, é preciso que os senhores membros desta CPI que desejem apresentar requerimentos, o façam no máximo no dia anterior à reunião na qual se pretenda deliberá-los. O que devemos fazer na próxima reunião que será agendada oportunamente.

Amanhã, nesta reunião informal, já pretendemos definir a data desta nossa primeira reunião para dar início aos trabalhos.

Considerando que já se iniciou a votação nominal no plenário, agradeço a presença de todos, e declaramos encerrada a presente reunião, com os nossos agradecimentos a todos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião.

Está encerrada a reunião.